

As Políticas Públicas e a Participação do Cidadão

Carlos Mágnio Gomes Rocha

1º Lugar no II Concurso Nacional de Redação

“Prêmio Ministro Plácido Castelo”

Colégio Farias Brito

No curso do desenvolvimento atual, há interesses divergentes entre os cidadãos e as organizações, quando a dimensão econômica determina, sozinha, os rumos para o progresso. A desigualdade social, vinculada a isso, interfere no relacionamento entre os grupos sociais e o Estado. As intervenções na realidade se fazem por meio de políticas públicas, que representam a tradução aproximada dos anseios sociais coletivos.

No Brasil, verifica-se a disseminação da ideia de participação na sociedade como força transformadora. Questiona-se se é possível a mudança de posicionamento do cidadão, de objeto a sujeito, arquiteto das relações sociopolíticas. Como exemplos dessa participação, pode-se citar a do cidadão em conselhos deliberativos e em audiências públicas. Busca-se articular o Estado e a sociedade civil, visando a um desenvolvimento que seja socialmente justo, economicamente viável e sustentável em termos ambientais, no contexto da sociedade brasileira atual, que é plural, complexa e diferenciada.

O capitalismo, invariavelmente, leva ao desemprego estrutural. Por isso, o direito à vida não pode depender apenas do trabalho. Deriva daí a implantação de uma renda mínima para cidadãos carentes. Este modelo se manifestou por meio de programas de transferência de renda, cuja federalização aconteceu em 1997. A implantação do Bolsa Escola e do Bolsa Alimentação deu credibilidade às iniciativas, junto com o Bolsa Família, que ampliou a sua área de atuação. Frequência escolar, alfabetização e vacinação das crianças são as condicionantes para as famílias assistidas terem acesso ao programa.

Tendo a inclusão produtiva e a manutenção de benefícios relativos à

educação e à saúde como eixos estruturantes, o Brasil concilia crescimento econômico e redução da desigualdade social, desfazendo o mito de que as políticas públicas de transferência de renda são meros instrumentos de um populismo demagógico e assistencialista.

A existência de acesso universal aos serviços públicos é condição fundamental para dirimir as desigualdades sociais, bem como a promoção de ações específicas para o campo e para a cidade, como a qualificação profissional por meio das escolas técnicas e o aumento das oportunidades de emprego. Nesse contexto, mais investimentos em inovação e conhecimento são necessários, além da repartição de riquezas do País, para que se possibilite o financiamento econômico eficaz e estável das políticas públicas.

Breno Oliveira da Silva

2º Lugar no II Concurso Nacional de Redação
“Prêmio Ministro Plácido Castelo”
Escola de Ensino Fundamental e Médio
Patronato Sagrada Família

A participação do cidadão nas políticas públicas é algo bem-vindo para o processo democrático, desde que se respeitem critérios de igualdade e transparência.

A realidade brasileira demonstra que políticas públicas isoladas não alcançam resultados eficientes, já que a opinião mais importante é a dos cidadãos, que vão ser beneficiados com essas ações.

Iniciativas devem ser tomadas no sentido de ouvir a população, e os dados obtidos devem ser utilizados pelos governantes para a construção de um melhor mandato de cunho social.

A sociedade como um todo deve traçar o planejamento das políticas públicas, que são estratégias governamentais que visam à resolução de problemas sociais. Deve-se também fiscalizar o desenvolvimento delas, visto que o dinheiro empregado vem, na maioria das vezes, de impostos pagos pelo povo.

Pôr em prática um governo interativo não se trata simplesmente de

questionar o cidadão se ele concorda ou não com uma determinada política pública, mas, sim, incentivá-lo a buscar novas informações para tomar decisões que possam alterar positivamente o objetivo de qualquer política pública.

Os projetos que aproximam o governo da sociedade civil são sempre válidos num país como o Brasil, de tantas variedades raciais, religiosas e culturais.

Itaciara Silva de Carvalho

3º Lugar no II Concurso Nacional de Redação
“Prêmio Ministro Plácido Castelo”
Escola de Ensino Fundamental e Médio
Walter de Sá Cavalcante

As políticas públicas visam à participação do cidadão para a melhoria de um determinado serviço para um grupo e são de grande importância para a sociedade, além de atender às demandas do povo. O que poderíamos fazer para despertar o interesse no cidadão para incentivá-lo a informar-se a respeito das mesmas?

Primeiramente, mostrar o avanço que houve na política, desde o período colonial, comparando-a com a dos dias atuais, apontando as escassas oportunidades de participação política da população naquela época, o que se diferencia de hoje, já que atualmente o cidadão pode participar politicamente de maneira mais ativa.

Depois conscientizar o cidadão da importância do seu voto, só assim será despertado nele o interesse pela sua participação, destacando-se esta como extremamente importante.

Por fim, é necessário usar a globalização ao nosso favor, aumentando o grau de informação da população, incluindo todas as faixas etárias, dando mais ênfase à criança, que está em processo de construir-se como cidadão consciente, incentivando, por exemplo, a sua participação no grêmio estudantil da sua escola e, assim, despertar o interesse para iniciar na

vida política. É necessário também erradicar de vez a exclusão digital, que teve altos índices em 1994, no início da era da informática, mas que vem diminuindo aos poucos, já que cerca de 50% da população já possui acesso à internet.

É preciso investir nessa nova geração, através da escola, da mídia, entre outros ambientes e recursos formadores de opinião, para que o jovem, uma vez ativo politicamente, possa representar sua sociedade e realizar mudanças.